

Líderes fecham primeiro acordo sobre a anistia

Os líderes partidários deram ontem à noite um primeiro passo na direção de um acordo para a votação da anistia aos militares no capítulo das Disposições Transitórias. Em reunião na Liderança do PMDB, fecharam ao menos em torno dos expedicionários da FEB, cerca de 5 mil ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial, com uma emenda que garante a eles uma pensão equivalente ao soldo de um segundo-tenente da Marinha — Cz\$ 38 mil, contra os Cz\$ 14 mil que recebem hoje.

Pela emenda, os expedicionários da FEB ficam proibidos, contudo, de acumular o benefício com qualquer outro tipo de vencimento, devendo, quando for o caso, optar entre um e outro.

Mas há ainda muita resistência, por parte das lideranças governistas, à ampliação da anistia prevista no texto do Centrão aprovado há duas semanas. Ontem em reunião com o presidente Sarney no Palácio do Planalto, elas mostraram que quem quiser mudar o projeto do Centrão é que precisará de 280 votos e garantiram que o senador Mário Covas (PMDB/SP) "e seus aliados das esquerdas" não conseguirão este apoio.

Os senadores Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha e os deputados José Lourenço e Carlos Sant'An-

na reconheceram, contudo, que o presidente Sarney continua preocupado com a questão. Quanto aos ministros militares, afirmou Gilson Machado (PFL-PE), que ontem almoçou com o brigadeiro Moreira Lima, da Aeronáutica, em companhia de Lourenço, "estão vigilantes mas confiantes de que a emenda do Centrão não será alterada".

Para demonstrar a tranquilidade da área militar em relação ao problema da anistia, uma fonte militar observou: "Se tivéssemos qualquer dúvida você acha que o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, teria viajado para o Oriente Médio e para a China, antes da votação? Se ele agiu desta forma é porque, após uma checagem criteriosa da situação convenceu-se de que esta é uma questão tranquila".

ARCHER

Além da anistia, os líderes governistas examinaram com Sarney o apoio político-parlamentar ao Governo. José Lourenço, como sempre, voltou à carga contra o ministro Renato Archer, cuja atuação político-partidária, observou, está perturbando a consolidação do respaldo do Centrão ao Governo. Gadelha, Derzi e Sant'Anna não contestaram o líder do PFL na constituinte.

MARIA LIMA Da Editoria de Política

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, verá frustrada a partir das votações de hoje sua intenção de concluir até a próxima sexta-feira todo o texto das Disposições Transitórias, através do que chamou de um emendão, ou grande fusão. Ao longo do dia e entrando madrugada a dentro, as lideranças fizeram uma análise das matérias pendentes, quando ficou constatada a dificuldade de se fechar um acordão. O consenso só foi alcançado a partir do artigo 6º, mas até lá os constituintes terão de vencer na disputa do voto temas explosivos como eleições municipais e anistia aos militares cassados.

Ontem à tarde, após a configuração da falta de quorum na sessão da Constituinte, o presidente Ulysses Guimarães ainda se mostrava bastante otimista quanto à votação de uma fusão global das Disposições Transitórias, garantindo que o regimento não seria empecilho. "Quando deflagrarmos as votações, vamos recuperar o tempo perdido, com sessões matutinas quando for possível e diariamente até as 22 horas".

Mesmo sem discutir se regimentalmente é permitida a votação de uma emenda global, na prática as lideranças chegaram à conclusão que a idéia é inexequível. "O doutor Ulysses está muito otimista. Como fazer emendões se não conseguimos discutir mais de dois artigos sem tropeçar num impasse?", questiona o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), participando das discussões desde o início, descarta a possibilidade da fusão global, na sua opinião anti-regimental. A idéia das lideranças agora é analisar todos os artigos e emendas relativos às Disposições Transitórias, traçando um roteiro dos temas polêmicos e de consenso, além de blocos de pequenas fusões, seguindo a ordem do texto, por assuntos.

Vamos tentar votar

pequenos blocos de fusões, com três a quatro artigos, deixando de fora do acordo as matérias polêmicas — informou o deputado José Genonjino (PT-SP). Até por volta das 19 horas, as lideranças haviam conseguido evoluir nas discussões e negociações até o artigo 20, deixando de fora um considerável número de matérias polêmicas.

Sem sequer discutir matérias como a anistia aos militares cassados e eleições municipais, as lideranças — já com a participação do PFL nas negociações — anunciaram que vão para o voto também as eleições no Distrito Federal, a revogação dos decretos secretos, e decretos-leis, fundos especiais para segurança nacional, anistia fiscal, concessão de cartórios ou a estabilidade dos servidores públicos após 5 anos de trabalho.

Os artigos 13, 14 e 15, que tratam do sistema tributário e prazo para adequação das leis ordinárias e complementares que regulamentarão o novo processo de repasse aos estados e municípios, serão votados através de uma fusão, encomendada aos deputados José Serra (PMDB/SP) e Francisco Dorneles (PFL/RJ).

Emendão foi só sonho frustrado

Cartaz patrulha novo turno

Quando terminar o primeiro turno da Constituinte, o País voltará a ser inundado por cartazes informando como votou cada parlamentar nas questões mais polêmicas e pedindo o seu voto no segundo turno. Esta é uma das estratégias do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, que, além dos cartazes, pretende fazer seminários regionalizados para discutir o texto aprovado até agora, abaixo-assinados de toda a população pedindo a manutenção no texto dos pontos considerados conquistas populares e colocar um out-door no aeroporto de Brasília com a lista de dispositivos que quer ver assegurados no segundo turno.

Os cartazes também serão regionalizados, e devem apresentar pelo menos uma diferença em rela-

ção àqueles espalhados há cerca de seis meses pela CUT: não vão apenas denunciar os constituintes que votaram contra as teses defendidas pelo movimento popular, mas também registrarão o voto daqueles que, segundo a avaliação do movimento, "votaram bem". O principal item a ser indicado pelos cartazes é a cotação da reforma agrária — a maior derrota popular na Constituinte, na opinião dos coordenadores do movimento.

Segundo uma das coordenadoras, Regina Prado, os cartazes pretendem ter, em relação aos que "votaram mal", um sentido estimulativo, visando a conquista do voto no segundo turno. "Pensamos em colocar algo como Você ainda tem possibilidade de recuperação ou Esta é a sua última Chance", revela Regina.